

24 de março de 2016

Principais Agregados das Administrações Públicas  
2015 – Dados provisórios

**Principais Agregados das Administrações Públicas**

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP), relativos à estimativa provisória anual de 2015 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010<sup>1</sup>.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2015, uma necessidade líquida de financiamento de 7 893 milhões de euros (4,4% do PIB). Refira-se que a operação de resolução do Banif se traduziu num agravamento do défice das AP de 1,4% do PIB em 2015.

As contas do setor das Administrações Públicas apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas<sup>2</sup>.

Os dados apresentados são consistentes com a primeira notificação de 2016 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das Administrações Públicas para o ano de 2015, discriminados por subsetor:

**QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS**

**ANO: 2015**

*Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S13	S1311	S1313	S1314
<b>TE</b>	<b>Total de despesas das administrações públicas</b>	86.564	65.821	10.471	23.000
<b>TR</b>	<b>Total de receitas das administrações públicas</b>	78.671	56.051	11.259	24.089
<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)</b>	-7.893	-9.770	788	1.089

*Nota:*

Para o total das despesas e total das receitas a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do sector, por efeitos de consolidação de algumas operações.

<sup>1</sup>Regulamento (UE) n.º 549/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2003, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

<sup>2</sup>Este documento está disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-14-010>

O setor institucional das Administrações Públicas (AP) registou uma necessidade líquida de financiamento de 7 893 milhões de euros em 2015 (4,4% do PIB). Esta necessidade de financiamento agregada teve origem no subsetor da Administração Central, dado que os subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP para os anos de 2014 e 2015:

**QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS** *Unidade: Milhões de euros*

Código da operação	Designação da operação	2014	2015
<b>OTR</b>	<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>77.231</b>	<b>78.671</b>
	<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>75.786</b>	<b>77.344</b>
	da qual		
D2	Impostos sobre a produção e a importação	24.593	26.072
D61	Contribuições Sociais	20.371	20.718
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	18.974	19.458
<b>D9</b>	<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.445</b>	<b>1.327</b>

A receita total das AP aumentou 1,9% em 2015 face ao valor de 2014. Este aumento deveu-se à melhoria da receita corrente, uma vez que as receitas de capital apresentaram uma diminuição de 8,2% no período em consideração.

A receita corrente registou um aumento de 2,1% em 2015, sendo de destacar o crescimento de 6,0% dos impostos sobre a produção e a importação. Este aumento refletiu-se no peso destes impostos no total das receitas das AP (passou de 31,8% em 2014, para 33,1% em 2015), tendo as restantes operações mantido a sua contribuição percentual praticamente inalterada.

O quadro 3 apresenta as principais componentes da despesa das AP para os anos de 2014 e 2015:

**QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS** *Unidade: Milhões de euros*

Código da operação	Designação da operação	2014	2015
<b>OTE</b>	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>89.677</b>	<b>86.564</b>
	<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>79.288</b>	<b>79.243</b>
	da qual		
D1	Remunerações dos Empregados	20.495	20.264
D62	Prestações Sociais, exceto Prestações Sociais em espécie	30.722	31.281
D41	Juros	8.502	8.192
<b>D9+P5+NP</b>	<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>10.389</b>	<b>7.321</b>

A despesa total das AP registou uma diminuição de 3,5% entre 2014 e 2015. O principal contributo para este resultado foi determinado pela despesa de capital, com uma variação negativa de 29,5%, enquanto a despesa corrente apresentou, em 2015, um valor muito próximo do apresentado em 2014.

A redução acentuada na despesa de capital deveu-se ao registo, em 2014, da capitalização do Novo Banco, das operações de financiamento do Estado à STCP e à Carris e do *write-off* de *non performing loans* do BPN Crédito, detidos pela Parvalorem, S.A, operações que totalizaram 6,1 mil milhões de euros. Em contrapartida, em 2015, foi incluído na despesa de capital o impacto da resolução do Banif (ver caixa no final do destaque), no valor de 2,5 mil milhões de euros. Excluindo estas operações extraordinárias, a despesa de capital apresentou um aumento de cerca de 650 milhões de euros, sobretudo devido ao crescimento de 11,3% do investimento (formação bruta de capital).

Relativamente à despesa corrente, é de salientar a diminuição de 3,6% nos encargos com juros e de 1,1% nas remunerações dos empregados, ao mesmo tempo que as prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie apresentaram um aumento de 1,8%.

O quadro 4 apresenta os saldos das Administrações Públicas para os anos de 2014 e 2015:

**QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS** *Unidade: Milhões de euros*

<b>Código da operação</b>	<b>Designação da operação</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>B9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)</b>	<b>-12.446</b>	<b>-7.893</b>
	<b>Saldo Corrente</b>	<b>-3.502</b>	<b>-1.899</b>
<b>B9 - D41</b>	<b>Saldo Primário</b>	<b>-3.944</b>	<b>299</b>

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP reduziu-se em 4 553 milhões de euros em 2015, fixando-se em 7 893 milhões de euros em 2015 (4,4% do PIB), verificando-se o efeito conjugado da diminuição da despesa e do aumento da receita.

No que diz respeito ao saldo primário, correspondente ao saldo global excluindo o pagamento de juros, verificou-se em 2015 uma melhoria de 4 243 milhões de euros face ao ano anterior, registando-se um saldo positivo de 299 milhões de euros.

### Caixa: Registo da operação de Resolução no Banif

Em 20 de dezembro de 2015 foi aplicada uma medida de resolução ao Banco Internacional do Funchal S.A. (Banif).

No contexto da resolução, houve um apoio público sob a forma de uma injeção de capital no valor de 2 255 milhões de euros, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução, que é uma entidade incluída no setor institucional das AP, e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado.

A generalidade dos ativos e passivos do Banif foram vendidos ao Banco Santander Totta com exceção de ativos problemáticos que foram transferidos para uma entidade dedicada à gestão desses ativos, Oitante, S.A., detida pelo Fundo de Resolução. No Banif permaneceu um conjunto muito restrito de ativos, que será alvo de futura liquidação, bem como as posições acionistas, dos créditos subordinados e de partes relacionadas.

Considerando que a Oitante é um “veículo” constituído especificamente com a finalidade de gerir ativos problemáticos e detida pelo Fundo de Resolução, foi classificada no setor institucional das AP de acordo com as regras estabelecidas no Manual sobre o Défice e a Dívida relativamente às designadas *defeasance structure*.

Os ativos transferidos para Oitante foram adquiridos por 746 milhões de euros e incluem 179,2 milhões de euros de ativos imobiliários, que foram registados como formação bruta de capital fixo com impacto na necessidade de financiamento das AP.

Por fim, refira-se ainda que a Oitante injetou cerca de 29 milhões de euros no Banif - Banco de Investimento, S.A. registados como transferência de capital, também com impacto no saldo.

Em resumo, a operação de resolução do Banif determinou um agravamento do défice das AP em 2015 de 2 463,2 milhões de euros (1,4% do PIB) conforme quadro seguinte:

	Unit: milhões de euro
Injeção de capital - Estado	1.766,0
Injeção de capital - Fundo de Resolução	489,0
Classificação da Oitante nas AP	
Injeção de capital no Banif - Banco de Investimento, S.A.	29,0
Aquisição de ativos imobiliários	179,2
Total	2.463,2